

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO NO CONTEXTO DO SUS: IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA DOS PACIENTES

Kailaine Leite de Sá¹
Pollyana Brandão Gomes²

pollly.matipo@gmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a importância do atendimento psicológico no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus impactos na qualidade de vida dos pacientes. A atuação do psicólogo na Atenção Básica é essencial para a promoção da saúde mental e o fortalecimento da integralidade do cuidado, indo além do atendimento clínico individual. O estudo foi desenvolvido a partir de uma vivência de estágio supervisionado em Psicologia, com carga de 40 horas, realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada na técnica de observação, buscou compreender como a presença do psicólogo contribui para o bem-estar emocional, o fortalecimento de vínculos comunitários e a autonomia dos usuários. Os resultados evidenciaram que o atendimento psicológico no SUS favorece práticas de cuidado mais humanizadas, reduz estigmas relacionados ao sofrimento psíquico e potencializa o trabalho multiprofissional. Observou-se também que o psicólogo atua como mediador entre os diversos saberes da equipe de saúde, promovendo ações de prevenção, acolhimento e escuta sensível, fundamentais para a construção de um cuidado integral. Apesar dos desafios estruturais enfrentados, como escassez de recursos e sobrecarga de trabalho, a presença desse profissional na rede pública mostra-se transformadora, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, da dignidade humana e da inclusão social. Conclui-se que a atuação psicológica no SUS é indispensável para a consolidação de um sistema de saúde mais justo, democrático e comprometido com a qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: UBS; SUS; Psicólogo; saúde mental

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema público de saúde brasileiro, criado a partir da Constituição Federal de 1988, o SUS assegura que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, sendo organizado com base nos princípios de universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social. Ele

¹ Aluna do curso de psicologia do Centro Universitário Univértix.

² Professora do curso de psicologia do Centro Universitário Univértix.

oferece serviços que vão desde a atenção básica, como consultas e vacinas, até procedimentos de alta complexidade, como transplantes, atendendo gratuitamente toda a população. Além disso, é estruturado em redes de atenção à saúde que funcionam de forma integrada entre União, estados e municípios, garantindo o acesso em diferentes níveis de complexidade. Apesar dos desafios enfrentados, como o financiamento e a gestão, o SUS é um marco na democratização do acesso à saúde e na promoção da qualidade de vida no Brasil (Solha, 2014).

Os postos de saúde, também chamados de unidades básicas de saúde (UBS), são espaços que integram a Atenção Primária no Sistema Único de Saúde (SUS), para atender a população gratuitamente. Eles estão inseridos principalmente em programas como o Programa de Saúde da Família (PSF) e a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que buscam aproximar os serviços de saúde da realidade das comunidades. Nesses locais, equipes multiprofissionais atuam de forma contínua e preventiva, acompanhando famílias em seu território, promovendo ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e cuidados básicos. Sua importância é fundamental porque representam a porta de entrada preferencial do SUS, garantindo acesso universal, integral e equânime à população, além de contribuir para a redução de desigualdades sociais e fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade (Chiapinotto; Fait; Júnior, 2007).

De acordo com o documento “Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na atenção básica à saúde”, o psicólogo tem um papel essencial na promoção da saúde mental e no fortalecimento da integralidade do cuidado. Sua atuação vai além do atendimento clínico individual, abrangendo ações de prevenção, promoção da saúde, escuta qualificada e apoio às equipes multiprofissionais na construção de estratégias de cuidado. O psicólogo contribui para a compreensão dos determinantes sociais que influenciam o sofrimento psíquico, favorecendo intervenções que valorizem o território, a comunidade e os vínculos sociais. Sua importância está em ampliar o acesso da população a cuidados em saúde mental, reduzir estigmas relacionados ao sofrimento psíquico e fortalecer a autonomia dos usuários, garantindo um cuidado mais humanizado e integral dentro do SUS (CFP, 2019).

O trabalho em questão justifica-se pela experiência de estágio básico em Psicologia na área da saúde. Foram realizadas 40 horas de estágio como parte do currículo do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix.

Nossa hipótese para essa questão é que a presença e atuação qualificada de psicólogos no contexto do SUS, especialmente na Atenção Básica, contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes, não apenas por meio do cuidado direto à saúde mental, mas também por fortalecer o vínculo entre usuários e serviços, promover ações de prevenção e estimular a autonomia individual e coletiva. Ao olhar para cada pessoa de forma integral, considerando não só seus sintomas, mas também suas histórias, contextos e emoções, o psicólogo ajuda a construir um cuidado mais próximo, sensível e efetivo, refletindo positivamente na saúde global dos usuários atendidos pelo sistema público.

O objetivo deste trabalho foi analisar de que forma o atendimento psicológico realizado no contexto do SUS, especialmente na Atenção Básica, impacta diretamente na qualidade de vida dos usuários. A partir da vivência no estágio supervisionado, buscou-se compreender os efeitos dessa atuação sobre o bem-estar emocional, os vínculos sociais e o fortalecimento da autonomia dos indivíduos atendidos. Buscou refletir sobre os desafios e as potencialidades do trabalho do psicólogo nesse espaço, destacando a importância de práticas que promovam o cuidado humanizado, a escuta sensível e a construção coletiva de estratégias de saúde no território.

Trabalhos como este são importantes para ampliar a compreensão sobre o papel do psicólogo na Atenção Básica e para valorizar a saúde mental como um componente essencial do cuidado integral no SUS. Além disso, contribuem para a formação de profissionais mais conscientes, empáticos e preparados para atuar junto às comunidades, considerando suas realidades, desafios e potencialidades. Refletir sobre essas experiências permite fortalecer práticas que promovam o acolhimento, a dignidade e a promoção de saúde em sua totalidade, reafirmando o compromisso ético e social da Psicologia com a construção de um sistema público de saúde mais justo, inclusivo e humanizado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a saúde passou a ser reconhecida como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. Em 1990, com a instituição da Lei nº 8.080/1990, foi regulamentado o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como objetivos a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, fundamentando-se em princípios como a universalidade, a gratuidade, a integralidade e a descentralização dos serviços (Paim, 2009).

Destaca-se que a criação do SUS foi resultado de intensas mobilizações e reivindicações dos movimentos sociais. O sistema está estruturado em três níveis de atenção, organizados de acordo com a complexidade dos serviços ofertados: atenção terciária, que contempla procedimentos de alta complexidade, elevado custo e uso intensivo de tecnologia; atenção secundária, destinada ao atendimento de agravos à saúde que requerem profissionais especializados e recursos intermediários; e atenção primária, foco da presente pesquisa, responsável pela oferta de ações e serviços de menor complexidade tecnológica, porém com alta capacidade resolutiva frente aos problemas mais comuns da população. Também denominada Atenção Básica, essa esfera constitui a principal porta de entrada do usuário no sistema de saúde, articulando os fluxos de referência e contrarreferência entre os diferentes níveis de atenção (Magalhães, 2021).

Segundo Starfield (2002), a Atenção Básica em saúde representa o nível de cuidado mais próximo da realidade das comunidades, sendo essencial para a promoção da saúde e a prevenção de agravos. Os autores reforçam que os sistemas de saúde fortes e efetivos têm na atenção primária sua principal estratégia para melhorar indicadores de saúde, reduzir desigualdades e otimizar recursos. No contexto brasileiro, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) ampliou o acesso da população aos serviços, fortalecendo vínculos entre profissionais e usuários e possibilitando uma abordagem integral, que considera os determinantes sociais da saúde, como renda, educação, trabalho e ambiente.

Segundo Amarante (2015), o papel da saúde mental dentro do SUS tem ganhado destaque, especialmente após a Reforma Psiquiátrica e a publicação da Política Nacional de Saúde Mental, que priorizam o cuidado em liberdade, a

reintegração social e a substituição de práticas excludentes por estratégias comunitárias e interdisciplinares. Nesse cenário, o psicólogo surge como profissional fundamental para a efetivação da integralidade do cuidado, oferecendo escuta qualificada, acolhimento e intervenções que vão além da clínica individual, abrangendo também o trabalho em grupos, ações educativas e apoio às equipes multiprofissionais.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), a atuação do psicólogo na Atenção Básica deve articular saberes técnicos e sensibilidade ética, considerando as demandas singulares dos territórios e a complexidade das relações sociais. O profissional precisa compreender o sofrimento psíquico não apenas como uma questão individual, mas como fenômeno influenciado por fatores coletivos e estruturais, como pobreza, violência, preconceito e exclusão social. Assim, o atendimento psicológico contribui para o fortalecimento da autonomia dos usuários, o enfrentamento de desigualdades e a promoção da cidadania.

Além disso, pesquisas demonstram que a inserção do psicólogo na Atenção Básica do SUS contribui significativamente para o bem-estar e a qualidade de vida dos usuários. De acordo com Cintra e Bernardo (2017), o trabalho psicológico nesse nível de atenção favorece a redução do sofrimento psíquico, fortalece os vínculos comunitários e potencializa o cuidado integral e humanizado, considerando o indivíduo em sua totalidade, corpo, mente e contexto sociocultural.

O atendimento psicológico realizado nos postos de saúde do SUS desempenha um papel estratégico para a promoção da saúde mental nas comunidades. Ao oferecer escuta qualificada e apoio emocional em um ambiente acessível e próximo da realidade dos usuários, o psicólogo contribui para a prevenção de transtornos mentais, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social. A presença desse profissional na Atenção Básica não apenas amplia o acesso aos cuidados em saúde mental, mas também fortalece a integralidade do cuidado, ao articular ações com outros membros da equipe multiprofissional e considerar o contexto sociocultural dos indivíduos. Dessa forma, o atendimento psicológico nos postos de saúde é essencial para reduzir desigualdades,

promover o bem-estar coletivo e garantir um cuidado humanizado e inclusivo (Benevides, 2005).

Por fim, é fundamental salientar que a efetividade da atuação psicológica no SUS está diretamente relacionada à existência de condições estruturais adequadas e ao fortalecimento das políticas públicas. Questões como a sobrecarga de trabalho das equipes, a carência de profissionais, o subfinanciamento e a necessidade de capacitação permanente demandam investimentos consistentes e estratégias de gestão que coloquem a saúde mental como prioridade. Conforme destaca Amarante (2015), o fortalecimento dessas bases é essencial para que a Psicologia contribua de forma ativa para um SUS mais democrático, inclusivo e capaz de promover bem-estar e qualidade de vida para todos os usuários.

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa oferece múltiplas possibilidades investigativas, dentre as quais se destacam a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. Essa vertente metodológica caracteriza-se por seu compromisso com a compreensão dos fenômenos em seus contextos naturais, buscando interpretar ações, comportamentos e interações sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Tal enfoque permite uma análise aprofundada e contextualizada dos dados, utilizando diversas fontes de informação, como entrevistas, observações sistemáticas e análise de documentos, a fim de captar a complexidade e a subjetividade dos fenômenos estudados (Guerra *et al.*, 2024).

A pesquisa foi realizada através do método de observação. Cano e Sampaio (2007), consideram a observação uma técnica de coleta de dados que permite ao pesquisador captar o comportamento dos indivíduos em seus ambientes naturais, ou seja, em contextos cotidianos e sem interferências diretas do pesquisador. Esse método é essencial porque possibilita a análise de comportamentos espontâneos e reais, oferecendo uma visão mais autêntica e fiel das dinâmicas sociais e interações que ocorrem no ambiente de estudo.

Este estudo faz parte do cumprimento do estágio supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário Univértix. A observação foi realizada durante 40 horas de forma sistemática e contínua em uma Unidade Básica de Saúde, com o objetivo de analisar a atuação do psicólogo no contexto do SUS e os impactos dessa atuação na qualidade de vida dos usuários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação realizada na Unidade Básica de Saúde (UBS) durante o estágio supervisionado possibilitou compreender de forma prática o papel do psicólogo na Atenção Básica e os efeitos de sua atuação na vida dos usuários atendidos pelo SUS. No decorrer das 40 horas de observação, foi possível identificar que o atendimento psicológico se configura como uma ferramenta essencial de promoção da saúde mental e de fortalecimento do cuidado integral, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes e para a consolidação dos princípios do SUS, universalidade, integralidade e equidade (Mattos, 2009).

A observação da Unidade Básica de Saúde, possibilitou acompanhar de forma direta e sistemática o cotidiano dos atendimentos psicológicos, bem como a interação do psicólogo com os demais profissionais da equipe multiprofissional e com os usuários do serviço.

Os atendimentos observados revelaram que a presença do psicólogo na equipe multiprofissional amplia a capacidade resolutiva dos serviços, favorecendo o acolhimento das demandas emocionais e sociais dos usuários. Muitos pacientes procuravam o serviço inicialmente por queixas físicas, mas, ao longo do acompanhamento, emergiam relatos de sofrimento psíquico relacionados a situações de vulnerabilidade, conflitos familiares e desemprego. Nesse sentido, a escuta qualificada e o vínculo estabelecido pelo psicólogo foram fundamentais para o reconhecimento dessas questões e para o encaminhamento adequado dentro da rede de atenção à saúde.

Durante o período de observação, verificou-se que a presença do psicólogo na equipe favorece o desenvolvimento de estratégias de cuidado mais sensíveis e

humanizadas, que valorizam a escuta, o diálogo e o vínculo como ferramentas fundamentais de intervenção.

O profissional de Psicologia atua como mediador entre diferentes saberes e práticas, auxiliando a equipe na identificação de fatores subjetivos e relacionais que interferem no bem-estar da população. Essa atuação se mostrou indispensável para o fortalecimento das relações entre profissionais e comunidade, promovendo um ambiente mais acolhedor e colaborativo dentro da unidade de saúde (Dimenstein, 2001).

As ações observadas também revelaram que a promoção da saúde mental está presente nas práticas cotidianas das UBS, mesmo quando não se restringe a intervenções especializadas.

O acolhimento, a escuta atenta e o acompanhamento contínuo de usuários e famílias se mostraram fundamentais para o fortalecimento de vínculos, a prevenção de agravos e a criação de um ambiente de confiança entre profissionais e comunidade. Esse vínculo favorece a identificação precoce de situações de vulnerabilidade e o encaminhamento adequado para outros serviços da rede, promovendo maior eficácia nas ações de cuidado (Pieta; Gomes, 2017).

Além desses aspectos, observou-se que o trabalho do psicólogo no SUS contribui para a redução de estigmas relacionados à saúde mental, ao promover espaços de diálogo e conscientização que desconstróem preconceitos e estimulam o autocuidado. A presença do profissional em ações educativas, palestras e campanhas comunitárias fortalece a noção de que o sofrimento psíquico é uma questão de saúde pública e não apenas individual, devendo ser acolhido com empatia e respeito.

Segundo Martín-Baró (1997), essa dimensão educativa é essencial para democratizar o acesso às informações sobre saúde mental e fortalecer a cidadania dos usuários.

Apesar dos avanços, foram observados desafios estruturais e institucionais que ainda limitam a plena atuação do psicólogo na Atenção Básica. Entre eles, destacam-se a alta demanda de atendimentos, a escassez de profissionais, a falta de recursos e a carência de espaços adequados para a realização de atividades individuais e coletivas. Tais fatores podem comprometer a continuidade das ações e gerar

sobrecarga nas equipes. Além disso, ainda é necessário fortalecer a compreensão, entre gestores e profissionais de outras áreas, sobre o papel estratégico da Psicologia dentro do SUS, evitando que sua atuação seja reduzida a atendimentos clínicos pontuais.

Mesmo diante desses desafios, a presença do psicólogo na rede pública de saúde tem se mostrado transformadora. Sua atuação favorece a construção de vínculos de confiança entre usuários e equipe, promove o reconhecimento das subjetividades envolvidas no adoecimento e contribui para práticas de cuidado mais éticas e solidárias. O psicólogo, ao acolher a complexidade da experiência humana, reafirma o compromisso do SUS com a promoção da dignidade, da inclusão e do bem-estar coletivo.

Por fim, é importante destacar que o trabalho do psicólogo no SUS não se limita à dimensão assistencial, mas também envolve a reflexão crítica e o engajamento político. O profissional é chamado a atuar na defesa dos direitos humanos, na promoção da equidade e na luta contra as desigualdades sociais que impactam a saúde mental. Ao articular saber técnico e compromisso social, o psicólogo contribui para a consolidação de um sistema público de saúde mais justo, participativo e humanizado, reafirmando a Psicologia como ciência e profissão comprometida com a transformação social e com o fortalecimento das políticas públicas de saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida neste estudo, foi possível constatar que a atuação do psicólogo no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na Atenção Básica, desempenha um papel fundamental na efetivação dos princípios que orientam o sistema, universalidade, integralidade e equidade. O psicólogo, ao incorporar práticas voltadas para a escuta qualificada, o acolhimento e a compreensão dos determinantes sociais do sofrimento psíquico, contribui significativamente para a promoção da saúde mental e para a melhoria da qualidade de vida dos usuários.

A experiência observacional realizada na Unidade Básica de Saúde evidenciou que o trabalho psicológico transcende o atendimento individual e clínico, assumindo também uma dimensão comunitária, preventiva e educativa. Essa atuação amplia o

alcance das ações de saúde, fortalecendo vínculos entre profissionais e usuários, reduzindo estigmas relacionados à saúde mental e estimulando a autonomia e o protagonismo das pessoas em relação ao próprio cuidado. O psicólogo, portanto, se apresenta como um mediador essencial entre as demandas subjetivas dos indivíduos e as políticas públicas de saúde, promovendo um cuidado que considera o ser humano em sua totalidade, biológica, psicológica e social.

Além disso, o estudo revelou que a presença do psicólogo nas equipes multiprofissionais potencializa o trabalho coletivo e favorece a construção de estratégias mais sensíveis e humanizadas de cuidado. A interdisciplinaridade, quando efetivamente praticada, permite integrar diferentes olhares e saberes, resultando em intervenções mais completas e eficazes. Nesse sentido, o psicólogo contribui para o fortalecimento da rede de atenção à saúde e para a consolidação de práticas que valorizam a empatia, o diálogo e o respeito à diversidade.

Contudo, também se observaram desafios importantes que precisam ser enfrentados para que o trabalho do psicólogo alcance todo o seu potencial no âmbito do SUS. Entre eles, destacam-se a escassez de recursos, a sobrecarga das equipes, a falta de reconhecimento institucional da importância da saúde mental e a necessidade de espaços adequados para a realização de atividades grupais e comunitárias. Superar tais obstáculos exige o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde mental, investimentos na formação e valorização profissional e uma gestão comprometida com a integralidade do cuidado.

Em síntese, conclui-se que o atendimento psicológico no contexto do SUS é uma prática indispensável para a promoção do bem-estar e para a construção de uma saúde verdadeiramente integral. O psicólogo, ao atuar com sensibilidade ética, técnica e social, reafirma o compromisso da Psicologia com a transformação da realidade e com a defesa dos direitos humanos. Sua presença nas unidades de saúde contribui não apenas para o alívio do sofrimento psíquico, mas também para o fortalecimento da cidadania, da inclusão social e da dignidade humana.

Por fim, este trabalho reforça a importância de se continuar investindo na ampliação da presença de psicólogos na rede pública, bem como na consolidação de políticas que reconheçam a saúde mental como dimensão essencial da saúde integral.

O fortalecimento da atuação psicológica no SUS é, portanto, um caminho indispensável para a construção de um sistema de saúde mais humano, participativo e comprometido com a qualidade de vida de toda a população brasileira.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 120 p. (Coleção Temas em Saúde). Disponível em: <https://taymarillack.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>. Acesso em: 13 set. 2025.

BENEVIDES, R. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 21–25, maio 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Jm75xgn6kkJ3Pp3ZxvbCsbw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&número=8080&ano=1990&ato=9f7gXSq1keFpWT905>. Acesso em: 12 set. 2025.

CANO, Débora Staub; SAMPAIO, Izabela TissotAntunes. O método de observação na psicologia: considerações sobre a produção científica. **Interação em Psicologia**, Curitiba, Paraná, Brasil, v. 11, n. 2, 2007. DOI: 10.5380/psi.v11i2.6849. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/6849>. Acesso em: 14 set. 2025.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na atenção básica à saúde**. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CFP_atencaoBasica-2.pdf. Acesso em: 25 ago. 2025.

CHIAPINOTTO, L.; FAIT, C. S.; MAYER JÚNIOR, M. O modo de fazer saúde: reflexões sobre o cotidiano de uma unidade básica de saúde de Porto Alegre - RS. **Saúde e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 155–164, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/B5DShjgpNhspzqx3385f3HL/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2025.

CINTRA, M. S.; BERNARDO, M. H. Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 883–896, out. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QSnbz7GJVVCJLg8yQZxxz8G/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2025.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**, v. 6, n. 2, p. 57–63, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/ssBKbycz5cW5RxXmNs5RcXv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

GUERRA, A. de L. e R.; STROPARO, T. R.; COSTA, M. da; CASTRO JÚNIOR, F. P. de; LACERDA JÚNIOR, O. da S.; BRASIL, M. M.; CAMBA, M. Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 15, n. 7, p. e4019, 2024. DOI: 10.7769/gesec.v15i7.4019. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019>. Acesso em: 14 set. 2025.

MAGALHÃES, Denilson Ferreira de. **Políticas públicas de saúde: módulo 1 – construindo o Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/7532/1/M%C3%B3dulo%201-%20Construindo%20o%20Sistema%20%C3%9Anico%20de%20Sa%C3%BAde%20%28SUS%29.pdf>. Acesso em 24 ago. 2025.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia** (Natal), v. 2, n. 1, p. 7–27, jan. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2025.

MATTOS, R. A. DE. Princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e a humanização das práticas de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 771–780, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/GCvzrJvLB3rq8cnvRQpPC9H/?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva. Uma análise sobre o processo da Reforma Sanitária brasileira. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 81, p. 27–37, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/5978/1/Paim%20JS%202009.%20Artigo2.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

PIETA, Maria Adélia Minghelli; GOMES, William Barbosa. Impacto da relação terapêutica na efetividade do tratamento: o que dizem as metanálises? **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 130–143, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v10n1/v10n1a11.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

SOLHA, Raphaela Karla de T. **Sistema Único de Saúde - Componentes, Diretrizes e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Érica, 2014. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536513232/pageid/0>.
Acesso em: 24 ago. 2025.

STARFIELD, B. **Atenção Primária**: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília, DF: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0253.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.